

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS



**COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SETOR SOCIAL E
SOLIDÁRIO
EM 2017**

CERIMÓNIA ASSINATURA

POR

MANUEL DE LEMOS

Residência Oficial do Primeiro Ministro

Lisboa, 3 de Maio de 2017

Sua Excelência Senhor Primeiro Ministro

Sua Excelência Senhor Ministro do Trabalho da Solidariedade e da
Segurança Social

Sua Excelência Senhor Ministro da Saúde

Sua Excelência Senhor Ministro da Educação

Senhores Secretários de Estado

Caros Colegas da CNIS e da UM e da UMP presentes

Altos funcionários do Estado

Representantes da Comunicação Social

As minhas primeiras palavras são para em nome das Misericórdias Portuguesas nos congratularmos com a celebração deste Compromisso para o biênio 2017/2018 e que essa celebração ocorra com a presença de Vossa Excelência Senhor Primeiro Ministro, o que para representa um estímulo e uma honra.

Permita-me assim que manifeste o nosso reconhecimento à equipa governamental, coordenada pelo Senhor Ministro Dr. Vieira da Silva desde os Senhores Ministros aos Senhores Secretários de Estado e

altos funcionários de Estado pela sua permanente disponibilidade para refletirem sobre as nossas propostas e a sua razão de ser. Quero crer que foi o seu conhecimento da "real realidade" do terreno, a sua capacidade de diálogo e a seriedade que sempre todos colocamos em defesa das pessoas e do interesse público para execução de políticas públicas sociais que permitiram que chegássemos aqui hoje. É uma excelente forma de também comemorarmos 20 anos do Pacto de Cooperação para a Solidariedade, justamente num Governo em que era Primeiro Ministro o Senhor Eng.º António Guterres e Vossa Excelência se não me falha a memória Ministro dos Assuntos Parlamentares. O Pacto de Cooperação Para a Solidariedade, já então pioneiro e inovador, representa para nós a parceria público social essencial, que vai muito para além das questões financeiras por muito importante que elas sejam.

Na verdade, as instituições de Economia Social e muito particularmente as da sua família solidária são, sempre foram, agentes de desenvolvimento local e nacional, promotoras de emprego, de inclusão, de coesão social; por isso têm um carácter parapublico que as coloca num patamar muito específico, de acordo com a sua identidade e

natureza, de resto, plasmadas constitucionalmente e sobretudo reconhecidas pelas comunidades, que sabe que nos colocamos sempre do lado da solução e nunca do lado do problema.

Neste contexto, permito-me salientar a nossa preocupação em sede das questões do envelhecimento.

Como bem sabe Portugal é um dos países que envelhece mais depressa na Europa.

Importa pois olhar para o fenómeno transversal e integradamente, única forma de, contendo a despesa pública, assegurar a cidadania e qualificar as últimas fases da vida dos nossos maiores. Mudar o paradigma do apoio domiciliário, adequar as estruturas às novas patologias dos idosos e ao novo perfil educacional/cultural das pessoas idosos, são hoje desafios centrais da sociedade portuguesa, quer em termos das respostas públicas sociais tradicionais, quer em termos de saúde.

Porque a tal "real realidade" é que já temos e teremos cada vez mais, idosos mais cultos, mais ligado às novas tecnologias (quem não tem hoje um *smartphone*?) mas muito mais idosos, mais dementes, com mais doenças crónicas, mais isolados, mais dependentes. E se a

sociedade vai ser cada vez mais diversa então temos que agir de forma diversa, não insistindo em modelos e instrumentos desadequados (alguém daqui ainda utiliza telex?), mas percorrendo racionalmente e com ponderação os caminhos da inovação. Não é inovar por inovar, mas inovar porque se alcançam ganhos evidentes em proteção social, em saúde, em educação.

Todos concordamos por exemplo que temos que diminuir o cortejo das ambulâncias à porta das urgências hospitalares mal o tempo esfria ou o estio aperta; mas para estancar esse processo temos que criar às pessoas e Comunidades condições para lhes assegurar, dignidade, segurança, prontidão e sobretudo confiança. Numa palavra, temos que "Qualificar a vida". E acredito que são as Instituições de Economia Social da família solidária, as únicas capazes de, em tempo útil e em cooperação com o Estado prestar esses serviços e gerar essa confiança.

Por isso já transmitimos ao Senhor Ministro da Solidariedade! a nossa vontade e ambição para, em total articulação com o Governo e com a CNIS e a UM, apresentar uma candidatura ao Plano Junckers para requalificar equipamentos com mais de 20 anos ou construir unidades

onde o Estado entenda necessário. Se me permite um pedido, com a sua vontade política e o saber e engenho do Ministro Dr. Pedro Marques, ajude-nos a encontrar uma forma razoável de acesso aos fundos comunitários para os 50% restantes, ou parte dele. E como o Governo já incluiu esse tema neste Compromisso assumindo a sua responsabilidade e vendo longe, saudamos essa decisão com entusiasmo e sentido de coresponsabilização.

E paralelamente, sempre em articulação com o Governo, apresentar candidaturas ao Programa Horizon que dispõe de 85.000 milhões de euros para projetos de inovação; sobretudo para a tal área do apoio domiciliário porque as pessoas querem ficar em casa, mas querem ficar em casa seguras e com afetos.

Senhor Primeiro Ministro:

Este Compromisso trata destas e de outras matérias igualmente importantes e representa um passo significativo, eu diria vários passos significativos, para os que são objeto da nossa missão comum: as pessoas, sobretudo as mais frágeis.

E como o Papa Francisco nos visita dentro de alguns dias, permito-me recordar que no encerramento do ano jubilar da misericórdia propôs em Roma às Misericórdias de Portugal e do mundo acrescentar mais uma obra às 14 que constituem o cerne da nossa Missão: "construirmos em conjunto o bem comum"

Este Compromisso trata em conjunto do bem comum, em especial do cumprimento desse bem comum pela via da Cooperação entre o Estado e as Organizações livres das Comunidades. Só por isso vale a pena a sua assinatura e a cerimónia de hoje.